



Moisés de Lemos Martins & Manuel Pinto (Orgs.) (2008)
Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação
6 - 8 Setembro 2007, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho)
ISBN 978-989-95500-1-8



Lusofonia: ponto de saída ou linha de chegada? Uma aproximação desde a mídia digital

JOÁM EVANS PIM, BÁRBARA KRISTENSEN, GERARDO UZ,
JÉSSICA BEIROA

Universidade de Santiago de Compostela

~ jevans@usc.es ~ {kristensen, uz, beiroa}@igesip.org

Resumo:

A Lusofonia, como conjunto de identidades culturais existentes em países falantes da língua portuguesa, é dos poucos grandes conceitos lingüísticos com certo sucesso e variada aplicação em diferentes âmbitos. Por pôr um exemplo, o único conceito similar capaz de lhe fazer sombra é o de Francofonia (Francophonie), e decerto encontra-se muito mais vivo na linguagem comum do que Hispanofonia ou Anglofonia (Anglophony). Porém, que repercussões tem este conceito na forma de agirem os meios de comunicação em Português? Utiliza-se este conceito como referência na hora de redigir estas informações, ou é mais bem um ponto ao qual se pretende chegar? O objeto deste texto é tentar dar resposta a estas duas questões, utilizando os meios de comunicação digitais como amostra para o estudo. O motivo desta escolha encontra-se na sua orientação global (estão na internet e, portanto, com possibilidade de serem acessados desde qualquer localização do mundo). A situação privilegiada deveria fazer com que fossem os lugares onde mais viva estivesse a idéia da Lusofonia, e mais ativas fossem as implicações que este conceito tivesse na focagem das informações sobre países lusófonos, cujo relacionamento, na maioria das vezes, não passam da retórica política ou de simples transações comerciais, existindo entre as suas populações um grande desconhecimento recíproco.

Palavras-chave:

Lusofonia, mídia digital, identidade.

Introdução

Considerando o marco lusófono como um espaço para o intercâmbio entre povos muito diversos, mas com um sedimento cultural e lingüístico que, em boa medida, vem fundamentando, de uma ou outra forma, os modos peculiares de construir a própria identidade, esta pequena pesquisa pretendeu verificar até que ponto esta construção simbólica tem implicações na forma em que a mídia dos países de língua portuguesa reflete as realidades dos outros territórios da Lusofonia. Em concreto, e entendendo que a internet poderia ser um dos suportes comunicacionais com mais possibilidades de servir interface informativa para as distintas realidades lusófonas, analisaram-se alguns dos meios de comunicação digital mais importantes do âmbito lusófono.

Desta forma, submeteram-se à análise, entre 14/06/2007 e 20/06/2007: *Angola Digital*, *Angola Press* e *Jornal de Luanda* (Angola); *Visão News*, *A Semana online* e *Expresso das Ilhas* (Cabo Verde); *Bissau Digital* e *Agência Bissau Media* (Guiné-Bissau); *Canal de Moçambique*, *O País online* (Moçambique); *Jornal de São Tomé e Príncipe* e *Diário Digital Têla Nón* (São Tomé e Príncipe); *Jornal Tribuna de Macau* (Macau); *Folha de São Paulo online*, *O Globo* e *Agência Brasil* (Brasil); *Expresso* e *Público* (Portugal); *Vieiros* e *Portal Galego da Língua* (Galiza). Cumpre alertar que os resultados que aqui se expõem são apenas uma pequena amostra de um estudo exploratório que será ampliado no marco de um projeto maior (no que se analisarão um leque muito mais amplo de meios durante um período mais prolongado). Ainda assim, podem servir como referente para compreender as tendências dominantes neste tipo de mídia.

Lusofonia em debate

Pode-se dizer que os processos colonialistas levados a cabo pelas nações europeias, além de consolidar um(s) novo(s) mundo(s) pós-colonial(is), submerso em certo caos, deixaram outros elementos cujo estudo, seja para afirmar ou desmentir certas idéias, merece alguma atenção. No caso das ex-colônias portuguesas (ou do ex-império...), e dada a complexidade e singularidade de cada uma delas, um destes elementos a se observar pode ser a língua. Considerada como um bem “hiper-coletivo” (Domingues, 2006:41), o idioma, inevitavelmente, sofre um processo de valorização, seja para o indivíduo ou para a coletividade na que se a toma como útil; um processo de mitificação e de tentativa de equilíbrio através da diferença; um processo curioso de união entre os que, com diferentes acentos e substratos, usam esta matriz.

Desta forma, talvez seja adequado dizer algumas palavras sobre a Lusofonia, esta ‘entidade’ em expansão que atinge espaços representativos em todos os continentes, especialmente no americano, e compreende a impressionante quantia de cerca de 210 milhões de pessoas (mais ou menos, dependendo da fonte...). Mas, ao fim e ao cabo, o que vem a ser?

Etimologicamente, conceituá-la não é difícil, especialmente analisando o radical grego: *fonía*, cujo significado está bastante difundido: o falar, numa primeira instância e, mais profundamente, a língua. O seu segundo componente, *luso*, já assume em si certa polémica (talvez o reflexo de uma polémica Lusofonia) e, claro está, uma visão da própria história de Portugal: uma redução, que esquece o berço setentrional e minhoto e “instala” uma nação naquelas terras que outrora foram dos ‘mouros’, centro-meridionais, *lusitanas*.

De todas as formas, e deixando de análises etimológicas, retomemos o assunto principal deste artigo: a Lusofonia. Como comentamos, o termo vem a significar, numa primeira olhada, a fala *portuguesa* que, conforme se observa ao se conhecer a processo de expansão marítima levado a cabo por Portugal principalmente nos séculos XV e XVI, acabou se estendendo pelos quatro cantos do mundo, de forma mais ou menos intensa ou mesclada.

Ao lado da Lusofonia, e por variar, podemos considerar a Lusotopia (lugares onde se efetivamente fala o Português); a Lusofilia (o caráter de admiração e valorização não exclusivamente da língua, mas o “amor pelas coisas portuguesas”, conforme explica Fernando Cristóvão [2005:652]) ou até mesmo Lusografia (a opção por se adotar a língua portuguesa escrita (fenômeno observável principalmente nos países africanos de expressão portuguesa).

Todas essas variações do mesmo tema, e principalmente devido aos longos, dolorosos e ainda hoje lembrados processos de expansão, trazem consigo uma série de discussões, que consideram e envolvem mais de 200 milhões de falantes ao redor do mundo, agrupadas em estados-nação, nações sem estado, numerosas diásporas, coletivos educacionais, políticos, científicos, empresariais e, logicamente, como indivíduos particularmente.

Dentre as diversas conceituações, há quem crê que a Lusofonia é “a consequência inesperada de uma maneira particular de circular pelo mundo (...) [:] seria a consequência quase passiva da expansão e da banalização da língua” (Margarido, 2000:12); outros supõem que a Lusofonia é uma “idéia mágica” que não passa da esfera de compreensão e comunicação determinada pela língua portuguesa, isto é, um ‘continente imaterial’ disperso pelo mundo (Lourenço, 1999).

Seja como for, é indiscutível que a Lusofonia vem a ser “a primeira linha de defesa numa frente de acção alargada, coerente, amplamente reconhecida pelas mais diversas entidades e forças vivas da sociedade civil portuguesa, ligadas às mais diversas actividades do sector económico” (Santos, 2004:131) cuja primeira lição é, de acordo com Chacon (2002:25), a “firmeza da vontade nacional portuguesa (...)”.

Como está no senso comum, atualmente, são oito os estados que adotaram a língua portuguesa como materna ou oficial, nomeadamente Portugal, Brasil, Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Lorosae. Não podemos, tampouco, cair no lugar-comum e esquecer de mencionar a Galiza, com certa autonomia política no marco do Estado espanhol e Macau, recém devolvido à China (sem esquecer diversos lugares nos que, em situações diversas, se fala ou se falou o Português, nas suas diversas variantes, além dos seus crioulos). Devemos ainda mencionar os dois países com *status* de observadores associados na CPLP: Maurício e Guiné Equatorial.

O conceito de Lusofonia, quando aplicado aos países africanos de língua oficial portuguesa, “não deve perspectivar-se com as mesmas conotações que para a Galiza, Portugal e o Brasil, dada a realidade de cada país e de que a construção da Lusofonia não é só uma questão lingüística, e mais do que isso, exige a consideração de dados sociais, políticos, culturais e ideológicos” (Fontenla, 1993:22) e, neste caso, o português funcionaria como uma “*interlíngua* que os PALOPs [países africanos de língua oficial portuguesa] decerto necessitam para poder emergir como países soberanos no concerto internacional e ultrapassar a divisão interna desagregadora; de uma realidade plurinacional e multilíngüe” (Fontenla, 1993:23, *vid* Cahen, 2003:86-89).

É assim que a Lusofonia só poderá entender-se como um espaço cultural, de múltiplos imaginários, imaginários de pluralidade e diferença, remetendo, inevitavelmente, para o território dos arquétipos culturais, do inconsciente coletivo lusófono, do “fundo mítico de que se alimentam sonhos” (Martins, 2004:4). Neste sentido, a cultura, vista como mito, como imaginação simbólica, é “vida imaginária partilhada e caminho construído em comum”.

De todas as formas, há um eixo central que, de uma maneira ou de outra, acaba por guiar uma espécie de, conforme reconheciam Gilberto Freyre, na sua tão repercutida teoria luso-tropicalista, ou Jorge Dias, ‘matriz cultural’. É nesta matriz cultural, representada pela Lusofonia como um todo, que encontramos, diria Freyre (*apud* Chacon, 2002:134) um “mundo transnacional ou supranacional que constituímos, pelas nossas afinidades do sentimento e de cultura, portugueses e luso-descendentes”.

Por outro lado, Eduardo Lourenço (1999) considera a Lusofonia como uma selva obscura ou voluntariamente escurecida, configurada em torno à difícil coexistência de leituras e intenções inconfessadas ou inconfessáveis, expressando todas elas contextos, situações e mitologias culturais particulares, não-homólogas e, no melhor dos casos, análogas apenas.

Atualmente de alguma forma constituída, a *Lusofonia* teve como primeiro projeto a proposta do brasileiro Sílvio Romero, em 1902, de se constituir um modelo de união entre os falantes da língua portuguesa, inspirando-se na observação de “movimentações políticas expansionistas das grandes potências do tempo, em relação às quais era necessário organizar uma defesa” (Cristóvão, 2005:653).

Dado o panorama político-cultural do Brasil no começo do século XX, as idéias de Sílvio Romero não foram levadas adiante e, somente mais de 80 anos mais tarde, foram retomadas com

afinco pelo lingüista brasileiro Sílvio Elia, em 1989, após tomar em conta a eleição, feita pelas antigas colônias africanas, de adotar como língua oficial o Português.

Este lingüista, seguindo o conceito arquetípico de *România* e dos seus países românicos, estabeleceu um modelo lusófono (Elia, 1989), mapeado como uma unidade diversificada na geografia e na história: *Lusitânia Antiga* (Portugal), *Lusitânia Nova* (Brasil), *Lusitânia Novíssima* (países africanos de expressão portuguesa e, mais recentemente, Timor Lorosae), *Lusitânia Perdida* (territórios antigos como Goa, Macau e outros em Ásia e África) e *Lusitânia Dispersa* (comunidades migrantes de fala portuguesa).

Neste mesmo ano, após a Primeira Cimeira de Chefes de Estados Lusófonos, por iniciativa do então presidente brasileiro José Sarney e do Ministro da Cultura José Aparecido se fundou o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), em São Luís e, mais tarde, criou-se a Fundação Luso-Brasileira para o Desenvolvimento do Mundo de Língua Portuguesa (Chacon, 2002:82)

Outros estudiosos, escritores e lingüistas pensaram no tema anteriormente. Celso Cunha, por exemplo, tentou pregar a sua “República do Português”, a respeito da qual explica: “A capital da Língua Portuguesa estará onde estiver o meridiano da cultura”. O professor Pedro Borges Graça (1997:78), é alguém que, neste sentido, devemos comentar. Este professor considera a Língua Portuguesa como “o cimento da construção nacional dos países africanos lusófonos; o principal elemento de ligação com a modernidade”. Também vale recordar, as palavras do líder Amílcar Cabral, que pregavam sobre a importância do Português para a libertação e, num sentido mais amplo, para a produção política das antigas colônias, além de para o estabelecimento de íntimos e imprescindíveis laços entre os intelectuais dos distintos territórios que Portugal possuía na África: “o princípio de apropriação da língua do colonizador como instrumento de libertação é a maior conquista dos colonizados” (Graça, 1997:79).

Reconhecendo a importância desta língua comum, Léonard (1999:437-438), considera três interpretações inter-relacionadas para este bloco político-cultural: a Lusofonia como um espaço geolingüístico composto por regiões ou países nos que a língua portuguesa é materna ou oficial; a Lusofonia como um sentimento, memória de um passado comum, ou partilha de histórias e culturas coincidentes e a Lusofonia como um leque de instituições políticas e culturais, tanto em espaços designadamente lusófonos como exteriores.

Cristóvão (2005:654), com as mesmas idéias, apresenta-nos a Lusofonia sob a forma de “três círculos concêntricos de valores, reunidos pela língua comum”, representada, no gráfico elaborado a partir dos dois autores, pelo espiral. O primeiro de todos, é composto basicamente pelos oito países que assumiram ou mantiveram o Português como língua materna, oficial ou de património, além de outras regiões, pertencentes a outros países e culturas, mas que partilham a língua e a História com a realidade lusófona.

Dentro deste primeiro círculo, está o futuro da língua portuguesa e o da solidariedade entre estas nações. Além disso, estão “as estruturas e dinâmicas que possibilitam e realizam a ação externa dos lusófonos”, especialmente nas organizações internacionais.

O segundo dos círculos está formado pelas outras línguas e culturas de cada um dos oito países e das regiões lusófonas, que se encontram em contato entre si e com a língua comum, enriquecendo cada uma dessas línguas e culturas, trazendo-as ao conhecimento e ao estudo num âmbito certamente mais vasto que o regional ou setorial, através da pesquisa, da escolarização e da produção editorial (Cristóvão, 2005:655).

Finalmente, o terceiro círculo, mais amplo, é formado pelas instituições, grupos, pesquisadores, alunos, empresários, religiosos, familiares de emigrantes, etc. que não pertencem aos países lusófonos, mas que, por diversas razões, mantêm uma relação dialógica de admiração, erudição e amizade.

Há também três princípios fundamentais para caracterizar a Lusofonia. São eles (Carlos Reis, 1997): a interdisciplinaridade (a Lusofonia envolve sociedades estatais e civis díspares que, por sua vez, são representadas por instituições, escritores, professores, empresários, jornalistas, economistas, etc., portadores, dentro do seu âmbito, de diversos discursos interdisciplinares), a diversidade (o caráter diverso e amplo da comunidade lusófona, alertando para o fato de que não se deve vê-la através do prisma lusocêntrico, partindo para o reconhecimento das outras realidades culturais que conformam) e a relatividade (dado o imenso espaço geográfico deste bloco cultural, e as quase infinitas assimetrias entre os países integrantes, insta-se que toda e qualquer suposição generalizada ou estereotipada deve ser revisada, questionada e debatida).

Através destas articulações, a Lusofonia acaba tendo o objetivo básico de “promover o intercâmbio cultural, científico e técnico de países desenvolvidos da lusofonia europeia, com os em via de desenvolvimento da lusofonia americana (o Brasil) e do terceiro mundo (PALOPs)”, permitindo e instigando o “diálogo *inter* e *intra* cultural, o conhecimento mútuo de experiências culturais e educacionais, de projetos comuns no domínio da tecnologia, do ensino e da cooperação entre países lusófonos” (Fontenla, 1993:24).

Com algo de empenho, principalmente da sociedade civil, é provável que, seguindo a idéia de Armando Teixeira Carneiro (2006:134), a Lusofonia possa atuar como um “novo modelo reticular geopolítico”, explicado pelo fato de que o que assuma um determinado domínio sobre os nós principais das “redes de conhecimento” estará garantido um reforço do seu “posicionamento internacional”, já que tais fluxos de informação são justamente suportados num veículo lingüístico específico, de aí ser prioritária a defesa e a difusão do uso da língua aglutinante.

No entanto, é necessário sempre ter em mente, a lusofonia “está a ser”, está a se fazer, num “processo irreversível, por decisão soberana dos países soberanos”, para o que o que importa discutir não é o seu passado ou o seu conceito, mas o seu futuro que, nas palavras de Sil Monteiro (1993:34), “já o é; é-o porque começou no passado e num passado bem longínquo, que se vem fazendo patrimônio”. E é no marco destas discussões que também cabe meditar sobre vertente mediática e comunicativa da questão da Lusofonia.

Uma web lusófona? Análise de portais informativos

Iniciaremos o percurso africano por Angola, em cuja mídia digital se observa mais uma vontade pan-africana do que pan-lusófona, predominando assim o enquadramento geográfico sobre o cultural. No nível informativo, as notícias lusófonas misturam-se no meio das internacionais, sem hierarquização ou tratamento claramente diferenciado por muito que nalguns casos haja mais familiaridade ao tratar certos temas, como acontece com os restantes PALOPs. No entanto, em nenhum dos casos analisados se faz manifesta uma vocação clara de achegamento ou relacionamento com o resto da lusofonia, e a língua é usada como veículo, mas sem apelar às implicações culturais nem chamar aos eventuais benefícios sócio-econômicos.

Ainda assim, cabem certas matizações. Se bem no *Angola Digital* (<<http://www.angoladigital.net/>>), *Angola Press* (<<http://www.angolapress-angop.ao/>>) e *Jornal de Luanda* (<<http://www.jornaldeangola.com/>>) as notícias de âmbito africano e lusófono só aparecem quanto atingirem diretamente Angola ou se o país participar em atividades conjuntas, *Luanda Digital* (<<http://luandadigital.com/>>) sim acolhe regularmente notícias relacionados com o mundo lusófono na seção “Cultura&Media”. Mas, da mesma forma, no plano da informação internacional raramente têm presença os países lusófonos e, quanto a têm, costumam ser apenas os africanos – especialmente Guiné-Bissau. Igual que os anteriores, aparecem misturados e sem nenhum tipo de destaque.

No caso de Cabo Verde, a informação lusófona comparece igualmente no meio da internacional, embora em um dos portais analisados, *Visão News* (<<http://www.visaonews.com/>>),

exista uma seção (“Lusomundo”) na qual se podem encontrar, de forma diferenciada, notícias sobre Angola, Brasil, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor e o próprio Cabo Verde. Embora promovido desde Cabo Verde, ou pelo menos por caboverdianos, trata-se de uma empresa sediada nos Estados Unidos (de fato, tem uma versão em inglês) dirigindo os seus conteúdos (informativo e publicitário) tanto à população das ilhas como às comunidades residentes no exterior. Nos outros dois portais, *A Semana online* (<<http://www.asemana.cv/>>) e *Expresso das Ilhas* (<<http://www.expressodasilhas.cv/>>), existe também uma certa ‘vocação’ para a diáspora caboverdiana, afincada especialmente nos Estados Unidos e Portugal, o que justifica uma maior presença de informações destes países. Certamente, em seções como Internacional ou Cultura existem bastantes notícias referentes a países lusófonos, mas sem nenhum tipo de tratamento diferenciado ou destaque, misturando-se com notícias de âmbitos alheios ao caboverdiano, africano ou lusófono.

Na Guiné-Bissau apenas se estudaram duas publicações: *Bissau Digital* (<<http://www.bissaudigital.com/>>) e *Agência Bissau Media* (<<http://www.agenciabissau.com/>>). Em ambos os casos os esportes são a área na que mais presença tem o intercâmbio lusófono, com um seguimento atencioso da liga portuguesa de futebol. Outras seções, como Política ou Sociedade, estão dedicadas na íntegra aos conteúdos nacionais, e em Economia, Cultura&Media ou Internacional, o peso das informações relativas aos países lusófonos são insignificantes. Mais do que uma vontade lusófona, claramente inexistente, poder-se-ia falar de uma vocação africanista, mais além dos PALOPs.

A situação de Moçambique é muito similar, privilegiando informações relativas aos países ao redor (África do Sul, Zimbábue, etc.) frente às referentes à lusofonia, extremamente minoritárias e que apenas destacam entre a amálgama das seções Mundo, Economia ou Cultura. Apesar de o *Canal de Moçambique* (<<http://www.canalmoz.com/>>) incluir algumas informações, *O País online* (<<http://www.opais.co.mz/>>) não ofereceu nenhuma informação nos dias analisados referente a outros países de língua oficial portuguesa, ainda aparecendo notícias relativas à China ou ao Afeganistão. Da mesma forma que os média supracitados, não se oferecem ligações a páginas Internet de outros países lusófonos.

No caso de São Tomé e Príncipe a situação resulta um tanto distinta, uma vez que existe a predominância das notícias de países de língua oficial portuguesa dentro da informação internacional – provavelmente porque não exigem um trabalho de tradução e há suficientes fontes acessíveis –, embora hierarquicamente não estejam num nível superior - ou, ao menos, diferenciado – em relação ao resto. Embora a maior parte das informações tenha um caráter político ou econômico, que se afasta em certa medida da principal idéia sobre a Lusofonia e que atinge ao seu caráter cultural, existe, porém, uma certa individualização da lusofonia, com características mais culturais do que políticas, na seleção dos enlaces recomendadas pela página *web* (“links úteis”), pois todas elas pertencem a países de língua oficial portuguesa ou com importantes comunidades lusófonas.

Em boa medida, este fato vem dado pela presença de grupos de comunicação de projeção lusófona como o *PNN Portuguese News Network* (<<http://www.interpnn.com/>>), que nasceu nos Estados Unidos em 1997 como agência de notícias, produzindo inicialmente noticiários em áudio para serem transmitidos ao vivo para as comunidades portuguesas desse país através de estações e programas de rádio. Em 1998, o estúdio inicial foi transferido para o Porto (Portugal), e ali se iniciaria a publicação do primeiro jornal em linha com notícias de Portugal: o *Fórum PNN*, que divulgava o mais importante da atualidade das comunidades lusófonas no mundo. Já em junho de 1999 criava-se o *Jornal Digital* (<<http://www.jornaldigital.com/>>), uma das primeiras publicações de notícias em tempo real publicadas exclusivamente através da internet e hoje uma verdadeira referência na informação lusa.

Da mão deste grupo nasce o *Jornal de São Tomé e Príncipe* (<<http://www.jornal.st>>), no que a vocação lusófona se faz presente com espaços de destaque para informações de outras nações lusófonas distintas da de origem. No entanto, estas informações figuram no apartado Internacional, juntamente com notícias de outros tantos países; ou seja, não se diferencia sob nenhuma epígrafe a informação dos países lusófonos: tem grande presença dentro do internacional, mas se considera ao mesmo nível, nem mais nem menos importante.

Ainda assim, o *Jornal de São Tomé e Príncipe* é uma exceção, pois a presença de notícias relativas a países lusófonos na outra mídia digital são-tomense é praticamente anedótica. Outro dos portais analisados, *Diário Digital Téla Nón* (<<http://www.cstome.net/diario/index.htm>>), meio hospedado no servidor da Companhia São-tomense de Telecomunicações (51% do seu capital é da Portugal Telecom), de aparência amadora e com vocação de serviço para a população local, não incluiu nenhuma notícia de âmbito lusófono que não atingisse diretamente São Tomé durante o período analisado.

Em referência ao Timor, atualmente são poucos os meios de comunicação digitais que diariamente ofereçam informação sobre este país. Um dos mais atualizados – e que utilizamos como referência para esta pesquisa – não é propriamente um meio de comunicação, mas um *blog* que está especializado no cotidiano timorense, mormente política. No entanto, aparecem algumas informações de âmbito claramente lusófono –por exemplo, o anúncio do VI Colóquio Anual da Lusofonia, a celebrar a finais de 2007 em Bragança. Provavelmente se trate de uma escolha intencionada – juntamente com o uso da língua portuguesa na página *web* – e análoga à realizada pelas elites timorenses: utilizar o português como idioma-símbolo da identidade nacional, ou seja, para dotar o país de uma personalidade diferenciada no seu entorno, onde está rodeado de países anglófonos ou que têm o inglês como língua oficial. Neste sentido, construir pontes face à Lusofonia – seja como conceito ou for como conglomerado de nações da CPLP – implica reafirmar a própria identidade nacional. Supõe assim uma barreira aos desejos expansionistas da Austrália, como foi veículo para a união face ao inimigo indonésio. A defesa da identidade própria utilizando uma língua colonial não deixa de ser paradoxal, mas deve ser entendida num contexto no qual constitui um vínculo com o passado do país e uma barreira diferencialista /identitária.

No que diz respeito da ex-colônia portuguesa na China, nota-se que, como no caso do Timor-Leste, a língua portuguesa é um elemento chave para não diluir a identidade dos seus cidadãos dentro da chinesa. Assim, por exemplo, o *Jornal Tribuna de Macau* (<<http://www.jtm.com.mo/>>) tem conferido o serviço noticioso e gráfico da *Agência Lusa* (<<http://www.lusa.pt/>>) e inclui, por exemplo, um *banner* para os *Jogos da Lusofonia de 2006* que leva para um espaço do jornal dedicado na íntegra ao evento. Na secção “Actual” também se dá grande importância à informação lusófona, aparecendo notícias sobre Angola ou Portugal, por exemplo. Em efeito, desde que em 1999 Macau passou a constituir-se na Região Administrativa Especial de Macau dentro da China, o controle sobre a imprensa aumentou notavelmente, e foram muitos os meios de comunicação que cessaram a sua atividade, e com o passar do tempo muitos projetos comunicacionais na rede foram esmorecendo.

Em referência ao Brasil, não deixa de resultar paradoxal que o país que mais falantes aporta ao universo lusófono viva tão retraído sobre si próprio no nível informativo e comunique tão pouco sobre a atualidade – mesmo que seja sobre política e não cultural – dos seus ‘irmãos de língua’. Possivelmente para a maior parte do público brasileiro a Lusofonia não lhes diga nada porque, numericamente, eles ‘são’ a Lusofonia. Contrasta mais ainda quando vemos o importante número de notícias dedicadas aos Estados Unidos ou à Europa, enquanto nem tão sequer observamos a presença de enlances para outras páginas *web* de países de língua portuguesa.

Assim, o autodenominado «primeiro jornal em tempo real em língua portuguesa», a *Folha de São Paulo online* (<<http://www.folha.uol.com.br/>>) não dedicou durante o período analisado nem uma

só notícia onde fossem protagonistas outros países de língua oficial portuguesa, e isso apesar de ter publicado numerosas notícias de temática europeia. Porém, na informação desportiva aparecem constantes menções a Portugal, sempre sem qualquer conotação cultural, simplesmente como localização geográfica, junto com outros países – e são muitos – nos que jogadores brasileiros ocupem posições em equipes de futebol relevantes. Nota-se aqui, talvez – e como se intui também na análise do moçambicano *O País online* – um condicionamento ou subordinação aos critérios jornalísticos que movem a maior parte das agências internacionais de notícias, centradas sobretudo na política dos Estados Unidos e da Europa assim como na situação dos mercados internacionais. Como anedota, fazendo uma pesquisa com o motor interno da página, a última referência ao termo “Lusofonia” data de 26/02/2007 .

Similares resultados se obtiveram em *O Globo* (<<http://oglobo.globo.com/>>), pois na versão em linha deste jornal de consumo maciço não se encontrou qualquer referência lusófona no período analisado. Recorrendo ao seu pesquisador interno, como já se fez no caso anterior, as referências mais atuais a Portugal têm a ver com os esportes. No que diz respeito à Lusofonia, a referência política ou cultural mais recente é de 26/11/2006, enquanto para CPLP aparecem três ocorrências entre 18/08/2006 e 09/04/2007 – e a terceira é de 08/04/2007. Esta tendência não se limita apenas à mídia privada, pois no caso de uma entidade pública como a *Agência Brasil* (<<http://www.agenciabrasil.gov.br/>>) a situação é similar, senão mais grave. Entre as temáticas tratadas no portal não aparecem nem a Lusofonia, nem a CPLP, nem “língua”, nem qualquer um dos países lusófonos. Aparecem, no entanto, o Mercosul, a Unesco, a OMC ou a ONU, todas elas organizações internacionais nas quais participa o Brasil. Igualmente, procurando “Lusofonia” no pesquisador interno, comprovou-se que, estando já a meados de 2007, no que vai de ano apenas se publicaram duas notícias que contivessem essa palavra, a primeira de 08/01/2007 e a última de 20/05/2007. Tampouco entre as denominadas ‘Coberturas temáticas’ há qualquer referência à Lusofonia, CPLP ou conteúdos similares, embora figurem temas como “Fórum de software livre”, “O debate da TV pública”, “Cultura popular na América do Sul” ou “Eleições no Haiti”. Consultando no pesquisador interno os nomes dos diferentes países lusófonos, aprecia-se que os resultados não passam, mais uma vez, do anedótico. Como exemplo, sobre Portugal, o país com melhor proporção de ocorrências/período de tempo (0,27 diárias face o 0,25 de Timor ou 0,19 de Angola), entre 16/05/2007 e 19/06/2007 foram publicadas apenas nove informações.

Mesmo em Portugal, com exceção da seção “África” do *Expresso*, existe uma atitude pouco propensa a reforçar o sentimento de pertença a um patrimônio comum como é o idioma. Por citar apenas dois exemplos, a versão digital do *Público* (<<http://publico.pt/>>) não conta com qualquer referência lusófona entre os seus eixos temáticos e, como costuma suceder, misturam-se as informações lusófonas dentro de Internacional, sem hierarquização nem tratamento diferenciado. O *Expresso* (<<http://www.expresso.pt/>>) também não conta com nenhuma seção de conteúdos lusófonos dentro da sua *web*, embora sim exista um espaço denominado “África” cuja informação procede sem exceções dos PALOPs.

Como no Timor-Leste ou em Macau, na Galiza o idioma português é um símbolo identitário muito importante, sobretudo nas circunstâncias atuais nas que este território forma parte do Reino da Espanha, que tem como língua oficial o castelhano/espanhol. No entanto, este benefício aparente não é explorado quanto deveria. O portal informativo *Vieiros* reduziu a importância que lhe dava anteriormente – ainda que apóie e promova muitas iniciativas transfronteiriças entre Galiza-Portugal–, e o *Portal Galego da Língua* carece de uma ótima hierarquização, apesar de contribuir para normalizar a presença da Lusofonia como parte da atualidade galega. Em efeito, a Galiza tem uma série de especificidades que a fazem diferente no enquadramento da Lusofonia, pois embora constitua a demarcação geográfica onde nasceu a língua portuguesa, na antiga *Gallaecia* que

abrangia desde a ponta de Ortegala até o rio Douro e pelo leste até parte do que atualmente são as Astúrias e Castela, é um dos territórios onde mais risco existe para a integridade da língua. Hoje em dia, a língua portuguesa – conhecida como ‘galego’, que ademais é o nome histórico do português por ter nascido na Galiza – perdeu muitos espaços da vida pública em benefício do castelhano/espanhol, pelo que a maior parte da comunicação social do país galego está redigida nesse idioma e não no próprio.

Como exemplos de análise para esta investigação, tomamos como referência dois dos meios de comunicação digitais mais importantes em galego. O primeiro deles, *Vieiros*, (<<http://www.vieiros.com/>>), é um jornal eletrônico convencional, e utiliza um galego que segue as normas atualmente vigoradas na Galiza – subsidiárias do espanhol. O outro, o *Portal Galego da Língua* (<<http://www.agal-gz.org/>>) está especializado no idioma e na cultura galego-lusófonas e utiliza indistintamente desde um galego próximo da norma culta portuguesa até, diretamente, o português padrão. *Vieiros* costuma introduzir na sua capa notícias referentes à Lusofonia – principalmente Portugal – praticamente desde a sua fundação em 1996. Com o passar do tempo decidiram criar um canal dedicado na íntegra à informação lusófona, o “Canal Lusofonia”, gerido até 2006 de forma conjunta pela equipe redatora do periódico e a já citada *Portuguese News Network*. Desde 2007 a gestão deste espaço corresponde exclusivamente ao pessoal de *Vieiros*, sendo que a mudança desta dinâmica de trabalho provocou que a informação lusófona, até a altura, quase sem exceção redigida em português padrão, passasse a escrever-se seguindo as normas ortográficas oficiais do galego – bastante próximas ao espanhol. Também motivou um menor ritmo de atualizações, que passaram a ser praticamente semanais ou bissemanais.

Comentava-se na análise da *Folha de São Paulo* que a última vez que se registrava o verbete “Lusofonia” fora em de 26/02/2007. Pois bem, no *Portal Galego da Língua*, a última vez na que aparece é em 10/06/2007, e desde 30/06/2007 protagoniza 10 informações. No *PGL*, toda a informação lusófona aparece indistintamente no meio da galega. A única diferenciação que se realiza é no caso da procedente do Brasil ou Portugal, indicadas como “PGL-Brasil” e “PGL-Portugal” respectivamente. Isto é devido a que o *PGL* conta com correspondentes em ambos os países. Esta atitude aberta para com a Lusofonia e de informar sobre a atualidade cultural lusófona está em clara sintonia com os princípios fundacionais do sítio, promovido pela Associação Galega da Língua (AGAL), «umha associação sem ánimo lucrativo, legalmente constituída em 1981, que visa a plena normalização do Galego-Português da Galiza e a sua reintegração no âmbito lingüístico a que historicamente pertence: o galego-luso-brasileiro» .

Notas finais

Como se comprovou, a pauta geral nos meios analisados é a não relevância de um critério relacionado com o conceito lusófono antes abordado na hora de selecionar, hierarquizar e apresentar a informação. Com a exceção do *Jornal de São Tomé e Príncipe* (e outras páginas ligadas à *PNN*, que não foram estudadas em esta ocasião), *Visão News* de Cabo Verde (também ligado à comunidade caboverdiana assentada nos Estados Unidos) e em menor medida meios como o *Expresso* (que conta com uma seção para os PALOPs), a parte restante dos sítios analisados não têm em consideração o fator lusófono como critério temático nem dão maior relevância às informações relacionadas com este âmbito, mais além do que diz respeito ao seu próprio país.

Certamente, para alguns meios, o fato de dispor de informações em língua portuguesa procedentes de agências de notícias como a *Lusa* ou a *PNN* (e que, portanto, não precisam ser traduzidas de outras línguas como o inglês ou o francês) facilita notavelmente uma maior presença de notícias do âmbito lusófono. No entanto, são as próprias agências que devem acometer uma primeira vertebração temática lusófona, dando cabida não apenas a informações de caráter político ou

econômico, mas de forma especial àquelas que façam referência ao âmbito cultural. Neste sentido, teria sentido um acordo entre as instituições públicas responsáveis (CPLP, Instituto Camões, etc.) e as supracitadas agências para garantir a distribuição destas informações entre a mídia dos países lusófonos e das comunidades residentes em diversos pontos do globo. Obviamente, tal acordo deveria estabelecer um fluxo em ambos sentidos, de modo que as informações relativas às distintas realidades lusófonas tenham também eco nos países no que estas agências têm os seus mercados principais.

Embora a mídia não atenda ao fator lusófono, a vocação africanista entre os PALOPs e a atenção para as comunidades no exterior (também notável na mídia de Portugal e Brasil) evidencia a existência de pautas culturais na hora de compor e desenhar as informações. A falta de interesse por uma matriz comunicacional lusófona faz patente a pouca importância outorgada a este espaço, resultando oportunas medidas na linha das já citadas, que possam dar um necessário fundamento ao intercâmbio informativo, pois só através do conhecimento das realidades dos outros se poderá aprofundar na construção de um autêntico bloco cultural lusófono.

Bibliografia

- Carneiro, Armando Teixeira (2004) 'La cultura y los media en Portugal: un análisis interpretativo', *Pensar Iberoamérica: Revista de Cultura*, 5 [em-linha]. Disponível em [consult. 03/12/06]: <<http://www.oei.es/pensariberoamerica/ric05a03.htm>>.
- Chacon, Vamireh (2002) *O Futuro Político da Lusofonia*, Lisboa: Verbo.
- Cristóvão, Fernando (2005) 'Lusofonia' in Cristóvão, Fernando (dir.) *Dicionário Temático da Lusofonia*, Lisboa: Texto Editores, pp. 652-656.
- Domingues, João (2006) 'A CPLP enquanto vertente securitária de cooperação' in Evans Pim, Joám et al. (eds.) *Paz e Segurança para o Século XXI*, Rianxo: Instituto Galego de Estudos de Segurança Internacional e da Paz.
- Elia, Sílvio (1989) *A Língua Portuguesa no Mundo*, São Paulo: Ática.
- Fontenla, José Luís (1993) 'Ciência, cultura e política da Lusofonia', *Nós*, 29-34: 21-30.
- Graça, Pedro B. (1997) 'Fundamentos Culturais do Países Africanos Lusófonos'. *Africana*, 18: 78-79.
- Léonard, Yves (1999) 'As ligações a África e ao Brasil', in Bethencourt, F.; Chaudhuri, K. (eds.) *História da expansão portuguesa (vol 5)*, Lisboa: Círculo de Leitores.
- Lourenço, Eduardo (1999) *A nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem na Lusofonia*, Lisboa: Gradiva.
- Margarido, Alfredo (2000) *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Martins, Moisés de Lemos (2004) 'Lusofonia e Luso-tropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários' [em-linha]. Disponível em [consult. 02/12/06]: <<http://cecs.uminho.pt>>.
- Reis, Carlos (1997) 'A Questão da Lusofonia', in *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 30.06.1997.
- Santos, Victor M. dos (2004) 'Lusofonia e Projecção Estratégica: Portugal e a CPLP', *Nação e Defesa*, 109: 123-151.
- Sil Monteiro, Maria Rosa da Rocha Valente (1993) 'Cultura e Política da Lusofonia', *Nós*, 29-34: 31-35.